

EDITAL DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO N. 007/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO 163/2024

1 – PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE PATOS/PB, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de CREDENCIAMENTO, na forma eletrônica, com a utilização do procedimento auxiliar de CREDENCIAMENTO, objetivando credenciar prestadores de serviços de SAÚDE OU ESPECIALIZADOS, conforme descrito nesse edital e seus anexos, e nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

– A sessão de processamento da Credenciamento será realizada com o seguinte cronograma:

DATA E HORA DE INÍCIO DAS PROPOSTAS: 09h00 do dia 10/05/2024
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS: 11h00 do dia 21/05/2024
DATA DE ABERTURA DOS DOCUMENTOS: 21/05/2024 às 11h01
LOCAL: Centro Administrativo Aderbal Martins de Medeiros,
Rua Horácio Nóbrega, Sn, Bairro Belo Horizonte em Patos –
PB.

2) DO OBJETO

2.1 – Este Credenciamento tem por objeto: **CHAMAMENTO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) INTERESSADA(S) EM SE CREDENCIAR E EVENTUALMENTE FIRMAR CONTRATO COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS, PARA FINS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS ÁREAS DA SAÚDE OU ESPECIALIZADOS, A CARGO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PATOS,** conforme especificações do **Anexo I**, deste Edital.

3) DA FONTE DE RECURSO

- Serão utilizados para o pagamento do objeto do presente Credenciamento a seguinte dotação:

02.100 Secretaria Municipal de Saúde de Patos
10 301 1002 2039 Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria Municipal de Saúde de Patos SEMUSA

3390.39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

02.100 Secretaria Municipal de Saúde de Patos
10 301 1002 2041 Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde - Outros Recursos

3390.39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

02.130 Fundo Municipal de Saúde de Patos
10 301 1002 2055 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Primária

3390.39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

02.130 Fundo Municipal de Saúde de Patos
10 301 1002 2056 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Primária – Recursos Próprios

3390.39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

02.130 Fundo Municipal de Saúde de Patos
10 302 1002 2057 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Especializada
3390.39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

02.130 Fundo Municipal de Saúde de Patos
10 302 1002 2058 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Especializada - Recursos Próprios
3390.39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

02.130 Fundo Municipal de Saúde de Patos
10 122 1002 2101 Manutenção do Bloco de Custeio das ações e Serviços Públicos de Saúde – Gestão do SUS
3390.39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

4) DAS CONDIÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar do presente processo e serão credenciadas todas as pessoas jurídicas interessadas que comprovarem atender a todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

4.2 Os dados informados na Solicitação de Credenciamento são de responsabilidade dos interessados, que deverão comprová-los através da apresentação da documentação.

4.3 Não será admitida a participação:

- a) aquele que não atenda às condições deste edital e seus anexos;
- b) pessoa jurídica que se encontre, ao tempo do credenciamento, impossibilitada de participar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- c) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no procedimento auxiliar de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- d) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/17 concorrendo entre si;
- e) pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- f) agente público do Município, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria;

4.4 O impedimento de que trata a alínea “b” do item 4.3, supra, será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do credenciado.

4.5 Durante a vigência do contrato, é vedado à credenciada contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função no procedimento auxiliar de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

4.6 Com exceção dos documentos que, por sua natureza, não possuem prazo de validade, os demais documentos deverão ser apresentados dentro da validade neles expressa ou com data de expedição não superior a 03 (três) meses da data da Solicitação de Credenciamento.

4.7 Os interessados deverão atuar em ramo de atividade compatível com o objeto do credenciamento.

5) DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1) Para participar do credenciamento, o interessado deverá apresentar, pessoalmente no Centro Administrativo Aderbal Martins, no Setor de Licitações e Contratos ou por meio eletrônico, a documentação para avaliação pela comissão de contratação designada, através do endereço eletrônico licitacao@patos.pb.gov.br

5.2) Na Solicitação de Credenciamento, o interessado declarará, que: está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos:

- a) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- b) não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- c) O interessado organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/21.
- d) A falsidade das declarações sujeitará o interessado às sanções previstas na Lei nº 14.133/21 e neste edital.
- e) Proposta para o cadastro dos Microempresários que desejem realizar atividades com o valor máximo mensal conforme previsão do termo de referência.

6) DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- b) cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, e com o Município de Patos, nos termos do art. 193 do Código Tributário Nacional, ou outra equivalente, na forma da lei;
- b) prova de regularidade perante ao Fundo de Garantia por Tempo de

Serviço (FGTS);

- c) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

HABILITAÇÃO TÉCNICA

- a) Atestado de capacidade técnica no desenvolvimento das ações que se propoem realizar;
- b) Diploma

7) DO PERÍODO DE HABILITAÇÃO E VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS

- a) Aberto o período para solicitações de credenciamento, os interessados deverão entregar toda a documentação de habilitação.
- b) A primeira análise dos documentos de habilitação será realizada pela comissão de contratação dia 01/05/2024 às 11:00, e após essa data em prazo não superior a 10 (dez) dias úteis, contados a partir do requerimento acompanhado dos documentos.
- c) Os documentos de habilitação serão examinados pela comissão de contratação que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.
- d) Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.
- e) Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir
- f) Serão considerados habilitados e credenciados os interessados que cumprirem todas as exigências deste edital, sendo inabilitados e não credenciados aqueles que não cumprirem e não manifestarem interesse em complementar a documentação necessária.
- g) O prazo de vigência do credenciamento será de 1 (um) ano, contado da data de sua publicação, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, a critério da Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, tendo em vista o disposto no art. 106 da Lei n.º 14.133/2021.
- h) A todo tempo, enquanto persistirem as necessidades da Administração, qualquer interessado que preencha os requisitos para o credenciamento, poderá habilitar-se.

8) DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

- a) Após a análise documental, a comissão de contratação apresentará a relação geral dos credenciados, assim como a complementarizar sempre que novos interessados se credenciarem.
- b) O processo de análise e o resultado final serão homologados pela Secretária de Desenvolvimento Social e Habitação.
- c) Após o deferimento do credenciamento, o interessado será comunicado via publicação no Diário Oficial do Município, quando então será comunicado a assinar o Contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de cancelamento.

- d) A lista dos credenciados, segundo os critérios do edital, será divulgada e mantida atualizada por meio dos sítios eletrônicos www.portaldecompraspublicas.com.br e será publicada no Diário Oficial do Município, bem como, no Diário Oficial do Estado da Paraíba.
- e) A homologação do requerimento vincula o credenciado, sujeitando-o, integralmente, às condições estabelecidas neste edital.
- f) A adesão de credenciados ao longo da vigência do credenciamento terá efeitos em relação apenas ao período remanescente de vigência.

9) RECURSO

- a) A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação, à anulação ou revogação do credenciamento, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/21.
- b) O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- c) Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- d) O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- e) Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- f) O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais interessados/credenciados será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, através do sistema eletrônico, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- g) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10) ENCERRAMENTO DO CREDENCIAMENTO

- 10.1) Encerrada a habilitação e exauridos os recursos administrativos, o credenciamento será encaminhado à autoridade superior, que poderá:
 - a. determinar o retorno dos autos para sanamento de irregularidades;
 - b. revogar o credenciamento por motivo de conveniência e oportunidade;
 - c. proceder à anulação do credenciamento, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
 - d. adjudicar o objeto e homologar o credenciamento.

11) SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1) Comete infração administrativa, nos termos da lei, o interessado ou credenciado que, com dolo ou culpa:
 - a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou . prestar declaração falsa durante o credenciamento;
 - b) fraudar o credenciamento;
 - c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - d) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

- e) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - f) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - g) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/13.
- 11.2) Com fulcro na Lei nº 14.133/21, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos interessados e/ou credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- a) advertência;
 - b) multa;
 - c) impedimento de licitar e contratar pelo prazo máximo de 3 (três) anos e
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3)) Na aplicação das sanções serão considerados:
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 11.4). a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.5) A multa será em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do item do qual o credenciado participa:
- a) Multa de 0,50%, por dia, limitada a 30% do valor do item, no caso de atraso na execução do objeto do contrato ou pelo descumprimento de quaisquer das condições estabelecidas no edital e seu anexo, caso não haja previsão de multa específica.
 - b) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
 - c) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
 - d) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas no item 11.a. quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
 - e) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas no item 11.a.
- 11.6) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

11.7) A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o interessado/credenciado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

11.8) Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

11.9) A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.10) Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Município.

11.11) A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

11.12) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao credenciado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada administrativa ou judicialmente.

11.13) É admitida a reabilitação do credenciado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

- b) pagamento da multa;
 - c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
 - d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- 11.14. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
- 11.15). Como condição de reabilitação do credenciado, deverá apresentar a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável, quando pertinente.
- 11.16) As infrações e penalidades dispostas nesse item se referem especialmente às disposições do credenciamento, ficando no contrato os regramentos complementares inerentes à fase contratual.

12) CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

- a) O prazo de vigência do credenciamento será de 1 (um) ano, contado da data de sua publicação, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, a critério da Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, tendo em vista o disposto no art. 106 da Lei n.º 14.133/2021.
- b) Ao final de cada período de 1 (um) ano e durante a vigência deste credenciamento, será republicado o aviso do edital para credenciamento de novos interessados, sem prejuízo dos credenciamentos já homologados.
- c) A convocação para a assinatura do Contrato se dará após efetivada a habilitação do interessado, segundo os critérios deste Edital, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- d) O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- e) A minuta do contrato a ser celebrado consta como anexo deste Edital.
- f) As despesas oriundas deste credenciamento correrão por conta da dotação orçamentária constante no Termo de Referência.

13) DOS PREÇOS E DO PAGAMENTO

- a) O valor fixado para a remuneração de cada procedimento observará o estabelecido na tabela do item III do Termo de Referência, podendo ser revisado ao final do período de 1 ano, contado da publicação deste edital.
- b) A revisão dos valores será realizada por meio da aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), estabelecido pelo IBGE, do acumulado no período de revisão, sem prejuízo da observância de eventual oscilação nos preços praticados no mercado.
- c) O Município poderá reduzir os preços previstos em edital e caberá aos credenciados, após comunicados, a decisão de se manterem ou não credenciados.
- d) Os novos valores decorrentes da atualização ou da revisão serão aplicados aos credenciamentos vigentes e àqueles credenciamentos realizados após concretizada a alteração dos preços constantes da tabela

- dos preços de referência, respeitada a data dos efeitos da alteração e a prévia comunicação aos credenciados, em caso de redução.
- e) O pagamento será efetuado pelo Município no prazo máximo de 30 (trinta) dias do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante relatório de acompanhamento da execução dos serviços, acompanhado das respectivas notas fiscais, atestado pelo fiscal do contrato, sendo efetuada a retenção de tributos sobre o pagamento a ser realizado (se for o caso), conforme determina a legislação vigente.
 - f) O pagamento será creditado em conta corrente em nome do credenciado, indicado na nota fiscal.
 - g) Caso o prestador seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.
 - h) Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida ao prestador, e o pagamento ficará pendente até que ele providencie as medidas sanadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para o Município.
 - i) Junto à nota fiscal, o credenciado deverá encaminhar as certidões de regularidade fiscal e trabalhista, comprovando a manutenção das condições de habilitação.
 - j) Os tributos e as contribuições fiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à dos serviços são de responsabilidade do prestador, podendo o Contratante exigir, a qualquer tempo, a comprovação de sua regularidade.
 - k) Havendo atraso no pagamento de suas obrigações o Município procederá à atualização financeira diária de seus débitos, pelo IPCA, na forma “pró rata”, tendo como base o dia limite para pagamento e como data final o dia anterior ao da emissão da ordem bancária.

14) DAS HIPÓTESES DE DESCREDENCIAMENTO

- a) O Município poderá promover o descredenciamento, a qualquer tempo, por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidos após o credenciamento, que importem comprometimento da capacidade técnica, fiscal ou da postura profissional do Credenciado, ou ainda que fira o padrão ético ou operacional do trabalho, sem que caiba ao mesmo qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso, seja a que título for.
- b) Aqueles que deixarem de cumprir a execução da demanda de serviços serão descredenciados.
- c) O credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que requerido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, desde que não pendentes ordens de serviço.
- d) Na hipótese de descumprimento das obrigações pelo credenciado, este estará sujeito às sanções previstas no Edital, seus Anexos e na Lei Federal nº 14.133/2021.

- e) O Município poderá, a qualquer tempo, buscar alternativas por outros modelos de gestão e contratação da prestação dos serviços objeto deste Edital.

15) DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- a) Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/21, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- b) A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- c) As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- d) A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela comissão de contratação, nos autos do processo de licitação.
- e) Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a abertura do processo de credenciamento.
- f) As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no seguinte sítio eletrônico: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>
- g) As decisões e/ou respostas constarão no sistema e serão vinculativas.

16) DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

- a) Prestar os serviços e demais obrigações em conformidade com o estabelecido neste edital e seus anexos.
- b) Correrão às expensas do CREDENCIADO, as despesas necessárias para a execução do objeto deste termo de credenciamento, e, igualmente se responsabiliza por encargos sociais decorrentes de contrato de trabalho de seus empregados, bem como do que vier a firmar com terceiros, nos termos da legislação trabalhista, civil, previdenciária ou penal em vigor, e, também, por danos causados ao CREDENCIANTE e terceiros.
- c) Arcar com encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, comerciais, tarifas, seguros, tributários, mão-de-obra, maquinários, equipamentos, ferramentas, insumos necessários, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre os serviços objeto deste edital, bem como os riscos atinentes à atividade e, também arcar com todas as despesas referentes à segurança do trabalho, bem como a responsabilidade civil contra terceiros.
- d) Indenizar terceiros e o CREDENCIANTE, em relação a todo e qualquer prejuízo ou dano, decorrente de dolo ou culpa, durante a execução dos serviços objeto deste edital, ou após o seu término, em conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.
- e) Prestar os serviços conforme regem as Leis pertinentes ao seu ramo de atividade.
- f) Atribuir os serviços a profissionais legalmente habilitados e idôneos.
- g) Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

- h) Responder pela qualidade, quantidade, perfeição, segurança e demais características dos serviços, bem como a observação às normas técnicas e legais.
- i) Responder administrativamente por eventuais irregularidades na execução de seus serviços, sem prejuízo a eventuais ônus e encargos civis e penais que porventura incidam sobre o ato ilícito praticado.
- j) O CREDENCIADO responderá pelos serviços executados, sendo ainda responsável por quaisquer danos pessoais, morais e/ou materiais, inclusive contra terceiros, ocorridos durante a execução dos serviços ou deles decorrentes.

17) DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- a) São obrigações do Município:
 1. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;
 2. Informar ao Credenciado sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para a entrega dos serviços e as eventuais alterações efetuadas em tais preceitos;
 3. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo credenciado, relacionados com o objeto pactuado;
 4. Comunicar por escrito ao credenciado quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços, solicitando a revisão do serviço prestado que não esteja de acordo com as especificações do Termo de Referência;
 5. Efetuar os pagamentos devidos ao credenciado nos prazos estipulados no contrato, depois do recebimento da Nota Fiscal de Prestação de Serviços;
 6. Efetuar a retenção dos tributos legais sobre a Nota Fiscal de Prestação de Serviços de cada parcela;
 7. Rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos no art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18) DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- a) A simples apresentação, pelo interessado, da documentação exigida no presente certame não induzirá automática celebração do contrato, sendo esta submetida à habilitação.
- b) O Município poderá alterar, revogar ou anular o presente credenciamento, na forma da lei, sem que caiba aos participantes qualquer direito a reembolso, indenização ou compensação.
- c) Os casos omissos serão decididos pela comissão de contratação, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021.
- d) A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/21.
- e) Os licitantes assumem todos os custos de participação do credenciamento e o Município não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- f) Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

- g) Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- h) Fica eleito o Foro da Comarca de Patos/PB para dirimir quaisquer litígios oriundos deste procedimento auxiliar e do contrato dele decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.
- i) Este edital será divulgado e mantido à disposição do público em <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>, permitindo o cadastramento permanente de novos interessados.

19) ANEXOS DO EDITAL

São partes integrantes, indissociáveis e atreladas ao conteúdo deste Edital os seguintes anexos, cujo teor vincula totalmente os interessados:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Minuta do Termo de Contrato.

Anexo III- Modelo de declarações

Patos, 09 de maio de 2024.

LEONIDAS DIAS DE MEDEIROS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE



PATOS
POVO COMPETENTE
PREFEITURA DA GENTE



ANEXO I
EDITAL DE
CRENCIAMENTO N.
007/2024
TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: CHAMAMENTO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) INTERESSADA(S) EM SE CREDENCIAR E EVENTUALMENTE FIRMAR CONTRATO COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS, PARA FINS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS ÁREAS DA SAÚDE OU ESPECIALIZADOS, A CARGO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PATOS.

JUSTIFICATIVA:

A saúde é um direito fundamental garantido pela Constituição, sendo dever do Estado prover condições indispensáveis ao seu pleno exercício. Nesse contexto, a Administração Pública do Município reconhece a necessidade urgente de ampliar e qualificar o acesso aos serviços médicos, garantindo atendimento eficaz e tempestivo à população. Portanto, propõe-se o credenciamento de médicos plantonistas e especializados para a realização de consultas e exames médicos, essenciais para atender à demanda crescente por serviços de saúde no município.

A insuficiência de médicos plantonistas e especializados resulta em longas esperas por consultas e tratamentos, o que pode agravar condições de saúde e aumentar a taxa de morbidade. O credenciamento desses profissionais é crucial para expandir a oferta de serviços, reduzindo o tempo de espera e permitindo diagnósticos e tratamentos mais rápidos e eficazes.

A contratação de médicos especializados por meio de credenciamento permite ao município contar com profissionais altamente qualificados em diversas áreas da medicina. Isso eleva o padrão de qualidade do atendimento, proporcionando aos cidadãos acesso a consultas e exames especializados dentro do próprio município, sem a necessidade de deslocamentos dispendiosos para outras localidades. Ademais, garante-se que os médicos contratados atendam aos critérios e padrões exigidos pela administração pública, assegurando a competência e a qualidade dos serviços prestados.

A melhoria na oferta de serviços médicos tem um impacto direto na saúde pública do município. Com o aumento da disponibilidade de médicos plantonistas e especializados, é possível promover a prevenção de doenças por meio de campanhas de saúde e atendimentos preventivos, gerenciando de forma mais eficiente as questões de saúde pública e reduzindo a incidência de enfermidades. Isso se reflete em uma comunidade mais saudável, diminuição dos custos com tratamentos de condições avançadas e uma maior eficácia na gestão dos recursos públicos em saúde.

Ademais, a PPI - Pactuação Pactuada e Integrada – Onde o SUS instituiu um processo chamado de PPI, que é uma Pactuação Pactuada e Integrada, onde, em consonância com o planejamento em saúde, são definidas e quantificadas as ações para a população residente em cada território, bem como efetuados os pactos intergestores para garantia de acesso da população aos serviços de saúde.

Com essa PPI, os municípios que não detêm capacidade para realizar seus procedimentos e serviços de saúde pactuam com municípios de maior porte esses serviços, onde o município de referência detém a responsabilidade de obrigação de ofertar aquele serviço ao município pactuado.

Pois bem, basta um breve consulta na PPI da Paraíba no site

<http://infosaudepb.saude.pb.gov.br/ppi>, para verificarmos que a PPI do nosso Estado a cidade de Patos é referência em atendimento ambulatorial e hospitalar de diversos municípios.

Só a título de exemplo, o Centro de Especialidade Frei Damião, que recebe a demanda de consultas especializadas ambulatoriais, é referência na PPI para mais de 80 (oitenta) municípios do sertão e alto sertão. E, só em atendimentos ambulatoriais deste serviço, foi ampliada de uma média de 1500 (mil e quinhentos) procedimentos mensais em 2020 para mais de 6000 (seis mil) procedimentos mensais em 2023 (dados anexados e retirados do SAI SUS).

É importante destacar que a Pactuação Pactuada e Integrada (PPI) é variável, mutável. O Município pactuado pode requerer a desvinculação da pactuação a qualquer momento, conforme ocorre corriqueiramente. Quando um município pactuado consegue capacidade instalada para realizar o serviços, só é necessário ele requerer a retirada da PPI do município de referência, passar no seu Conselho de Saúde, na CIR – Comissões Intergestores Regionais, que aquela referência é retirada e o município deixará de ter a obrigação de realizar o referido procedimento e conseqüentemente deixará de receber os recursos referentes aos mesmos.

É importante destacar que não existe burla ao concurso público. O Município detém mais de 2600 (dois mil e seiscentos) servidores efetivos para realizações das ações primárias e fundamentais do suas obrigações constitucionais. Porém, seria irresponsável, antieconômico e até mesmo inapropriada a efetivação de um quadro de servidores no Município para realizar uma demanda que é transitória, e caso, seja desfeita a pactuação, o Município deixará de receber os recursos para realização dos serviços, e conseqüentemente ficará com a responsabilidade de manter a remuneração e todos os direitos do PCCR dos servidores efetivos, sem a existência dos recursos para mantê-los, e principalmente sem a demanda necessária para a capacidade instalada.

Em vista dos pontos apresentados, a realização de um credenciamento para a contratação de médicos plantonistas e especializados é uma medida estratégica e necessária para o município. Esta ação não só melhorará significativamente a qualidade e a eficiência do atendimento médico oferecido aos cidadãos, mas também promoverá uma gestão de saúde mais dinâmica e responsiva às necessidades da população.

REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS PARA CONTRATAÇÃO NA FUNÇÃO:

- Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão Português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Decreto no 70.436, de 18/04/72, Constituição Federal, § 1º do Art. 12 de 05/10/88 e Emenda Constitucional n.º 19, de 04/06/98, Art. 3º);
- Estar em pleno gozo dos direitos civis e políticos;
- Comprovar os pré-requisitos e habilitações exigidas para o exercício da função, tais como: possuir curso superior de graduação concluído em instituição de ensino credenciado ativo e regular;
- No ato da contratação o candidato não poderá estar incompatibilizado para novo exercício de contratação pública;
- Possuir disponibilidade de horário para cumprimento da carga horária no período que for determinado pela administração; e

- Não possuir vínculo empregatício que contrarie o artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal (acumulação de cargos públicos).

ATRIBUIÇÕES DAS FUNÇÕES

MÉDICOS ESPECIALIZADOS:

- Consultas Especializadas: Realizar consultas especializadas nas áreas de sua competência, fornecendo diagnósticos precisos e tratamentos específicos para diversas condições médicas.
- Procedimentos Especializados: Executar procedimentos médicos especializados, que requerem conhecimentos e habilidades específicas, para tratar condições complexas.
- Desenvolvimento de Planos de Tratamento: Desenvolver e gerenciar planos de tratamento individualizados, baseados nas necessidades específicas de cada paciente.
- Pesquisa e Educação Continuada: Manter-se atualizado com os avanços em sua área de especialização através de pesquisa e educação continuada, aplicando novos conhecimentos e técnicas em sua prática.
- Colaboração Interdisciplinar: Colaborar com outros especialistas e profissionais de saúde para facilitar uma abordagem holística no cuidado ao paciente, garantindo tratamentos completos e integrados.
- Promoção da Saúde Pública: Participar de campanhas e iniciativas de saúde pública que visem educar a comunidade sobre prevenção de doenças, saúde e bem-estar.

MÉDICOS PLANTONISTAS:

- Atendimento de Urgência e Emergência: Prestar atendimento médico imediato a pacientes em situações de urgência e emergência, assegurando intervenções rápidas e eficazes para preservar a vida e minimizar riscos de complicações.
- Gestão de Casos Clínicos: Avaliar, diagnosticar e estabelecer planos de tratamento para pacientes, seguindo protocolos médicos estabelecidos para garantir a continuidade e qualidade do cuidado.
- Monitoramento e Avaliação: Monitorar constantemente o estado clínico dos pacientes sob seus cuidados, ajustando tratamentos conforme necessário para otimizar os resultados.
- Registro e Documentação Médica: Manter registros médicos detalhados e precisos, documentando todos os procedimentos, diagnósticos, tratamentos e evolução dos pacientes.
- Educação e Orientação: Orientar e educar pacientes e familiares sobre condições de saúde, tratamentos e medidas preventivas, contribuindo para a melhoria da saúde pública.

DEMANDA REPRIMIDA

Identificou-se uma significativa demanda reprimida evidenciada pela quantidade de pacientes que necessitam de serviços médicos e especializados mas que atualmente não têm acesso a esses recursos especializados.

A demanda reprimida no setor da saúde representa um conjunto significativo de necessidades médicas não atendidas, acumuladas devido à insuficiência de recursos, acessibilidade limitada, ou falta de infraestrutura adequada. Esse fenômeno é evidente em longos tempos de espera para consultas, diagnósticos e tratamentos, que não só comprometem a eficácia das intervenções médicas, mas também exacerbam as condições de saúde dos pacientes, aumentando a carga sobre o sistema de saúde. Abordar a demanda

reprimida é crucial para melhorar a saúde pública, reduzir custos futuros com tratamentos mais complexos e melhorar a qualidade de vida da população, reforçando a necessidade de investimentos estratégicos em recursos humanos, tecnológicos e de infraestrutura no setor de saúde.

DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS

LOTE Nº1	PROCEDIMENTOS	Valor Tabela SUS	Complemento de tabela	Valor Total	Quantidade e Ano	Quantidade de Mês
1	0301010056 - CONSULTA MEDICA DE SAÚDE DO TRABALHADOR – 225140 Médico do Trabalho	R\$ 10,00	R\$ 40,00	R\$ 50,00	1200	100
LIMITE DE VAGAS: 02 (DUAS) VAGAS						

LOTE Nº 2	PROCEDIMENTOS	Valor Tabela SUS	Complemento de tabela	Valor Total	Quantidade e Ano	Quantidade de Mês
1	03.01.01.007-2 - CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - 223106 - Médico cardiologista	R\$ 10,00	R\$ 40,00	R\$ 50,00	8400	700
2	0211020036 - ELETROCARDIOGRAMA	R\$ 5,15	R\$ 12,85	R\$ 18,00	8400	700
3	02.05.01.003-2 Ecocardiografia Transtoracica	R\$ 39,94	R\$ 80,06	R\$ 120,00	1980	165
4	02.05.01.001-6 Ecocardiografia de estresse	R\$ 165,00	R\$ 0,00	R\$ 165,00	1980	165
5	02.05.01.002-4 Ecocardiografia transesofagica (INVASIVA)	R\$ 165,00	R\$ 0,00	R\$ 165,00	1980	165
LIMITE DE VAGAS: 02 (DUAS) VAGAS						

LOTE Nº 3	PROCEDIMENTOS	Valor Tabela SUS	Complemento de tabela	Valor Total	Quantidade e Ano	Quantidade de Mês
1	0301010072 - CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA -	R\$ 10,00	R\$ 40,00	R\$ 50,00	2400	200

	223142 - Médico neurologista					
2	02.11.05.008-3 ELETRONEUROMIOG RAMA	R\$ 27,00	R\$ 223,00	R\$ 250,00	80	7
3	02.11.05.004-0 ELETROENCEFALOG RAMA EM VIGÍLIA C/ OU S/ MEDICAMENTO (Duração mínima 20 minutos)	R\$ 25,00	R\$ 75,00	R\$ 100,00	300	25
4	02.11.05.003-2 ELETROENCEFALOG RAMA EM SONO INDUZIDO C/ OU S/ MEDICAMENTO (Duração mínima 30 minutos)	R\$ 25,00	R\$ 75,00	R\$ 100,00	300	25
5	02.11.05.005-9 ELETROENCEFALOG RAMA QUANTITATIVO COM MAPEAMENTO (EEG)	R\$ 25,00	R\$ 75,00	R\$ 100,00	300	25
LIMITE DE VAGAS : 02 (DUAS) VAGAS						

LOTE Nº 4	PROCEDIMENTOS	Valor Tabela SUS	Complemento de tabela	Valor Total	Quantidad e Ano	Quantida de Mês
1	03.01.01.007-2 - CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - 225265 - Médico oftalmologista	R\$ 10,00	R\$ 40,00	R\$ 50,00	6000	500
2	02.11.06.002-0 - BIOMICROSCOPIA DE FUNDO DE OLHO	R\$ 12,34	R\$ 7,66	R\$ 20,00	1800	150
3	02.11.0.6.010-0 - FUNDOSCOPIA	R\$ 3,37	R\$ 16,63	R\$ 20,00	6000	500
4	02.11.06.012-7 - MAPEAMENTO DE RETINA COM GRÁFICO	R\$ 24,24	R\$ 0,00	R\$ 24,24	1800	150
5	02.11.06.023-2 - TESTE ORTÓPTICO	R\$ 3,37	R\$ 16,63	R\$ 20,00	4200	350
6	02.11.06.025-9 - TONOMETRIA	R\$ 3,37	R\$ 16,63	R\$ 20,00	6000	500
7	41301250 - MAPEAMENTO DE RETINA	R\$ 24,24	R\$ 0,00	R\$ 24,24	6000	500

8	41301242 GONIOSCOPIA	R\$ 6,74	R\$ 0,00	R\$ 6,74	1800	150
9	41301315 RETINOGRRAFIA SIMPLES	R\$ 24,68	R\$ 0,00	R\$ 24,68	1800	150
10	41301129 - CURVA TENSIONAL	R\$ 10,11	R\$ 0,00	R\$ 10,11	1800	150
11	02110602008 TESTE DE SOBRECARGA HÍDRICA	R\$ 6,74	R\$ 0,00	R\$ 6,74	1800	150
12	41501128 PAQUIMETRIA	R\$ 14,81	R\$ 0,00	R\$ 1.481,00	1800	150
13	40901530 ULTRASSOM OCULAR (ECOGRAFIA)	R\$ 24,20	R\$ 7,80	R\$ 30,00	1800	150
14	41301471 - TESTE DO OLHINHO	R\$ 3,37	R\$ 6,63	R\$ 10,00	1800	150
15	41501276 BIOMETRIA	R\$ 24,24	R\$ 0,00	R\$ 24,24	1800	150
16	41501144 - OCT (TOMOGRRAFIA DE CORENCIA ÓPTICA) DE NERVO ÓPTICO E MÁCULA	R\$ 48,00	R\$ 32,00	R\$ 80,00	1800	150
17	40103137 - CAMPO VISUAL (CAMPIMETRIA)	R\$ 40,00	R\$ 30,00	R\$ 70,00	1800	150
18	41301080 CERATOSCOPIA (TOPOGRAFIA DE CÓRNEA)	R\$ 24,24	R\$ 0,00	R\$ 24,24	1800	150
19	30303060 TRATAMENTO CIRURGICO DE PTERIGIO	R\$ 209,55	R\$ 0,00	R\$ 209,55	2400	200
20	040505002-0 CAPSULOTOMIA LASER;	R\$ 112,77	R\$ 0,00	R\$ 112,77	2400	200
21	040505019-4 IRIDOTOMIA/IRIDEC TOMIA A LASER;	R\$ 45,00	R\$ 0,00	R\$ 45,00	2400	200
22	02.11.06.023-2 TRIAGEM OFTALMOLÓGICA	R\$ 12,34	R\$ 7,66	R\$ 20,00	3000	250
LIMITE DE VAGAS : 02 (DUAS) VAGAS						

LOTE Nº 5	PROCEDIMENTOS	Valor Tabela SUS	Complemento de tabela	Valor Total	Quantidade e Ano	Quantida de Mês
--------------	---------------	------------------------	--------------------------	----------------	---------------------	--------------------



1	03.01.01.007-2 - CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - 223102 - Médico alergista e imunologista	R\$ 10,00	R\$ 40,00	R\$ 50,00	1200	100
LIMITE DE VAGAS : 01 (UMA) VAGA						
LOTE Nº 6	PROCEDIMENTOS	Valor Tabela SUS	Complemento de tabela	Valor Total	Quantidad e Ano	Quantida de Mês
1	03.01.01.007-2 - CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - 223104 - Médico anestesiologista	R\$ 10,00	R\$ 40,00	R\$ 50,00	1200	100
LIMITE DE VAGAS : 02 (DUAS) VAGAS						
LOTE Nº 7	PROCEDIMENTOS	Valor Tabela SUS	Complemento de tabela	Valor Total	Quantidad e Ano	Quantida de Mês
1	03.01.01.007-2 - CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - 223105 - Médico angiologista	R\$ 10,00	R\$ 40,00	R\$ 50,00	1200	100
LIMITE DE VAGAS : 01 (UMA) VAGA						
LOTE Nº 8	PROCEDIMENTOS	Valor Tabela SUS	Complemento de tabela	Valor Total	Quantidad e Ano	Quantida de Mês
1	03.01.01.007-2 - CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - 223109 - Médico cirurgião do aparelho digestivo	R\$ 10,00	R\$ 40,00	R\$ 50,00	1200	100
LIMITE DE VAGAS : 01 (UMA) VAGA						
LOTE Nº 9	PROCEDIMENTOS	Valor Tabela SUS	Complemento de tabela	Valor Total	Quantidad e Ano	Quantida de Mês

1	03.01.01.007-2 - CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - 223110 - Médico cirurgião geral	R\$ 10,00	R\$ 40,00	R\$ 50,00	2400	200
LIMITE DE VAGAS : 01 (UMA) VAGA						
LOTE Nº 10	PROCEDIMENTOS	Valor Tabela SUS	Complemento de tabela	Valor Total	Quantidad e Ano	Quantida de Mês
1	03.01.01.007-2 - CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - 223115 - Médico clínico	R\$ 10,00	R\$ 40,00	R\$ 50,00	1200	100
LIMITE DE VAGAS : 01 (UMA) VAGA						
LOTE Nº 11	PROCEDIMENTOS	Valor Tabela SUS	Complemento de tabela	Valor Total	Quantidad e Ano	Quantida de Mês
1	03.01.01.007-2 - CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - 223117 - Médico dermatologista	R\$ 10,00	R\$ 40,00	R\$ 50,00	5400	450
LIMITE DE VAGAS : 03 (TRÊS) VAGAS						
LOTE Nº 12	PROCEDIMENTOS	Valor Tabela SUS	Complemento de tabela	Valor Total	Quantidad e Ano	Quantida de Mês
1	03.01.01.007-2 - CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - 223125 - Médico endocrinologista e metabologista	R\$ 10,00	R\$ 40,00	R\$ 50,00	2400	200
LIMITE DE VAGAS: 02 (DUAS) VAGAS						
LOTE Nº 13	PROCEDIMENTOS	Valor Tabela SUS	Complemento de tabela	Valor Total	Quantidad e Ano	Quantida de Mês

1	03.01.01.007-2 - CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - 223128 - Médico gastroenterologista	R\$ 10,00	R\$ 40,00	R\$ 50,00	1800	150
2	02.09.01.002-9 Colonoscopia com preparo	R\$ 112,66	R\$ 387,34	R\$ 500,00	1000	83
3	02.09.01.003-7 Esofagogastroduodenosc opia	R\$ 48,16	R\$ 201,84	R\$ 250,00	2500	208

LIMITE DE VAGAS : 02 (DUAS) VAGAS

LOTE Nº 14	PROCEDIMENTOS	Valor Tabela SUS	Complemento de tabela	Valor Total	Quantidad e Ano	Quantida de Mês
1	03.01.01.007-2 - CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - 223131 - Médico geriatra	R\$ 10,00	R\$ 40,00	R\$ 50,00	1200	100

LIMITE DE VAGAS: 01 (UMA) VAGA

LOTE Nº15	PROCEDIMENTOS	Valor Tabela SUS	Complemento de tabela	Valor Total	Quantidad e Ano	Quantida de Mês
1	03.01.01.007-2 - CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - 223132 - Médico ginecologista e obstetra	R\$ 10,00	R\$ 40,00	R\$ 50,00	2400	200

LIMITE DE VAGAS : 02 (DUAS) VAGAS

LOTE Nº 16	PROCEDIMENTOS	Valor Tabela SUS	Complemento de tabela	Valor Total	Quantidad e Ano	Quantida de Mês
1	03.01.01.007-2 - CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - 223133 - Médico hematologista	R\$ 10,00	R\$ 40,00	R\$ 50,00	1200	100

LIMITE DE VAGAS: 01 (UMA) VAGA

LOTE Nº 17	PROCEDIMENTOS	Valor Tabela SUS	Complemento de tabela	Valor Total	Quantidade e Ano	Quantidade de Mês
1	03.01.01.007-2 - CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - 223136 - Médico infectologista	R\$ 10,00	R\$ 40,00	R\$ 50,00	1200	100
LIMITE DE VAGAS : 02 (DUAS) VAGAS						
LOTE Nº 18	PROCEDIMENTOS	Valor Tabela SUS	Complemento de tabela	Valor Total	Quantidade e Ano	Quantidade de Mês
1	03.01.01.007-2 - CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - 223138 - Médico mastologista	R\$ 10,00	R\$ 40,00	R\$ 50,00	2400	200
LIMITE DE VAGAS : 02 (DUAS) VAGAS						
LOTE Nº 19	PROCEDIMENTOS	Valor Tabela SUS	Complemento de tabela	Valor Total	Quantidade e Ano	Quantidade de Mês
1	03.01.01.007-2 - CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - 223139 - Médico nefrologista	R\$ 10,00	R\$ 40,00	R\$ 50,00	1200	100
LIMITE DE VAGAS : 01 (UMA) VAGA						
LOTE Nº 20	PROCEDIMENTOS	Valor Tabela SUS	Complemento de tabela	Valor Total	Quantidade e Ano	Quantidade de Mês
1	03.01.01.007-2 - CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - 223140 - Médico neurocirurgião	R\$ 10,00	R\$ 40,00	R\$ 50,00	1200	100
LIMITE DE VAGAS : 01 (UMA) VAGA						



LOTE Nº 21	PROCEDIMENTOS	Valor Tabela SUS	Complemento de tabela	Valor Total	Quantidade e Ano	Quantidade de Mês
1	03.01.01.007-2 - CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - 223146 - Médico ortopedista e traumatologista	R\$ 10,00	R\$ 40,00	R\$ 50,00	3600	300
LIMITE DE VAGAS: 03 (TRÊS) VAGAS						
LOTE Nº 22	PROCEDIMENTOS	Valor Tabela SUS	Complemento de tabela	Valor Total	Quantidade e Ano	Quantidade de Mês
1	03.01.01.007-2 - CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - 223147 - Médico otorrinolaringologista	R\$ 10,00	R\$ 40,00	R\$ 50,00	1200	100
LIMITE DE VAGAS: 02 (DUAS) VAGAS						
LOTE Nº 23	PROCEDIMENTOS	Valor Tabela SUS	Complemento de tabela	Valor Total	Quantidade e Ano	Quantidade de Mês
1	03.01.01.007-2 - CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - 223149 - Médico pediatra	R\$ 10,00	R\$ 40,00	R\$ 50,00	1200	100
LIMITE DE VAGAS: 01 (UMA) VAGA						
LOTE Nº 24	PROCEDIMENTOS	Valor Tabela SUS	Complemento de tabela	Valor Total	Quantidade e Ano	Quantidade de Mês
1	03.01.01.007-2 - CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - 223151 - Médico pneumologista	R\$ 10,00	R\$ 40,00	R\$ 50,00	1200	100
LIMITE DE VAGAS: 01 (UMA) VAGA						



LOTE Nº 25	PROCEDIMENTOS	Valor Tabela SUS	Complemento de tabela	Valor Total	Quantidade e Ano	Quantidade de Mês
1	03.01.01.007-2 - CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - 223152 - Médico proctologista	R\$ 10,00	R\$ 40,00	R\$ 50,00	1200	100

LIMITE DE VAGAS: 01 (UMA) VAGA

LOTE Nº 26	PROCEDIMENTOS	Valor Tabela SUS	Complemento de tabela	Valor Total	Quantidade e Ano	Quantidade de Mês
1	0301010072 - CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - 223155 - Médico reumatologista	R\$ 10,00	R\$ 40,00	R\$ 50,00	1200	100

LIMITE DE VAGAS: 01 (UMA) VAGA

LOTE Nº 27	PROCEDIMENTOS	Valor Tabela SUS	Complemento de tabela	Valor Total	Quantidade e Ano	Quantidade de Mês
1	0301010072 - CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - 223157 - Médico urologista	R\$ 10,00	R\$ 40,00	R\$ 50,00	2400	200

LIMITE DE VAGAS: 02 (DUAS) VAGAS

LOTE Nº 28	PROCEDIMENTOS	UNIDADE	VALOR	Valor Total	Quantidade e Ano	Quantidade de Mês
1	03.01.01.007-2 - CONSULTA MEDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA - 2251-12 - Médico Neuropediatra	R\$ 10,00	R\$ 40,00	R\$ 50,00	1200	100

LIMITE DE VAGAS: 02 (DUAS) VAGAS

LOTE Nº 29	PROCEDIMENTOS	UNIDADE	VALOR	Valor Total	Quantidade e Ano	Quantidade de Mês
------------	---------------	---------	-------	-------------	------------------	-------------------



1	02.05.02.003 - ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEN SUPERIOR	R\$ 24,20	R\$ 25,80	R\$ 50,00	2400	200
2	02.05.02.004 - ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOMEN TOTAL	R\$ 37,95	R\$ 12,05	R\$ 50,00	2400	200
3	02.05.02.005 - ULTRASSONOGRAFIA DE APARELHO URINARIO	R\$ 24,20	R\$ 25,80	R\$ 50,00	1200	100
4	02.05.02.006 - ULTRASSONOGRAFIA DE ARTICULACAO	R\$ 24,20	R\$ 25,80	R\$ 50,00	1200	100
5	02.05.02.007 - ULTRASSONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL	R\$ 24,20	R\$ 25,80	R\$ 50,00	1200	100
6	02.05.02.008 - ULTRASSONOGRAFIA DE GLOBO OCULAR / ORBITA (MONOCULAR)	R\$ 24,20	R\$ 25,80	R\$ 50,00	1200	100
7	05.01.08.009 - ULTRASSONOGRAFIA DE ORGAO TRANSPLANTADO	R\$ 12,00	R\$ 38,00	R\$ 50,00	1200	100
8	02.05.02.011 - ULTRASSONOGRAFIA DE PROSTATA (VIA TRANSRETAL)	R\$ 24,20	R\$ 25,80	R\$ 50,00	1200	100
9	02.05.02.010 ULTRASSONOGRAFIA DE PROSTATA POR VIA ABDOMINAL	R\$ 24,20	R\$ 25,80	R\$ 50,00	1200	100
10	02.05.02.012 ULTRASSONOGRAFIA DE TIREOIDE	R\$ 24,20	R\$ 25,80	R\$ 50,00	1200	100
11	02.05.02.013 ULTRASSONOGRAFIA DE TORAX (EXTRACARDIACA)	R\$ 24,20	R\$ 25,80	R\$ 50,00	1200	100
12	02.05.01.004 - ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER COLORIDO DE VASOS	R\$ 39,60	R\$ 10,40	R\$ 50,00	1200	100
13	02.05.01.005 ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER DE FLUXO OBSTETRICO	R\$ 42,90	R\$ 7,10	R\$ 50,00	1200	100
14	02.05.02.009 ULTRASSONOGRAFIA MAMARIA BILATERAL	R\$ 24,20	R\$ 25,80	R\$ 50,00	2400	200

15	02.05.02.014 ULTRASSONOGRAFIA A OBSTETRICA	R\$ 24,20	R\$ 25,80	R\$ 50,00	2400	200
16	02.05.02.015 ULTRASSONOGRAFIA A OBSTETRICA C/ DOPPLER COLORIDO E PULSADO	R\$ 39,60	R\$ 10,40	R\$ 50,00	2400	200
17	02.05.02.016 ULTRASSONOGRAFIA A PELVICA (GINECOLOGICA)	R\$ 24,20	R\$ 25,80	R\$ 50,00	2400	200
18	02.05.02.017 ULTRASSONOGRAFIA A TRANSFONTANELA	R\$ 24,20	R\$ 25,80	R\$ 50,00	1200	100
19	02.05.02.018 - ULTRASSONOGRAFIA A TRANSVAGINAL	R\$ 24,20	R\$ 25,80	R\$ 50,00	2400	200
LIMITE DE VAGAS: 02 (DUAS) VAGAS						
LOTE Nº 30	PROCEDIMENTOS	UNIDA DE	QUANTIDADE MÊS	QUANTID ADE ANO	VALOR MÊS	VALOR TOTAL
1	SERVIÇOS MÉDICOS - PLANTONISTA	Plantão 12h	18	216	R\$ 18.000,00	216.000,0 0
LIMITE DE VAGAS: 15 (QUINZE) VAGAS						
TOTAL: R\$ 11.449.790,00 (onze milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil e setecentos e noventa reais)						

GARANTIA DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA:

02.100 Secretaria Municipal de Saúde de Patos
10 301 1002 2039 Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria Municipal de Saúde de Patos SEMUSA
3390.39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

02.100 Secretaria Municipal de Saúde de Patos
10 301 1002 2041 Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde - Outros Recursos
3390.39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

02.130 Fundo Municipal de Saúde de Patos
10 301 1002 2055 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Primária
3390.39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

02.130 Fundo Municipal de Saúde de Patos
10 301 1002 2056 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Primária – Recursos Próprios
3390.39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

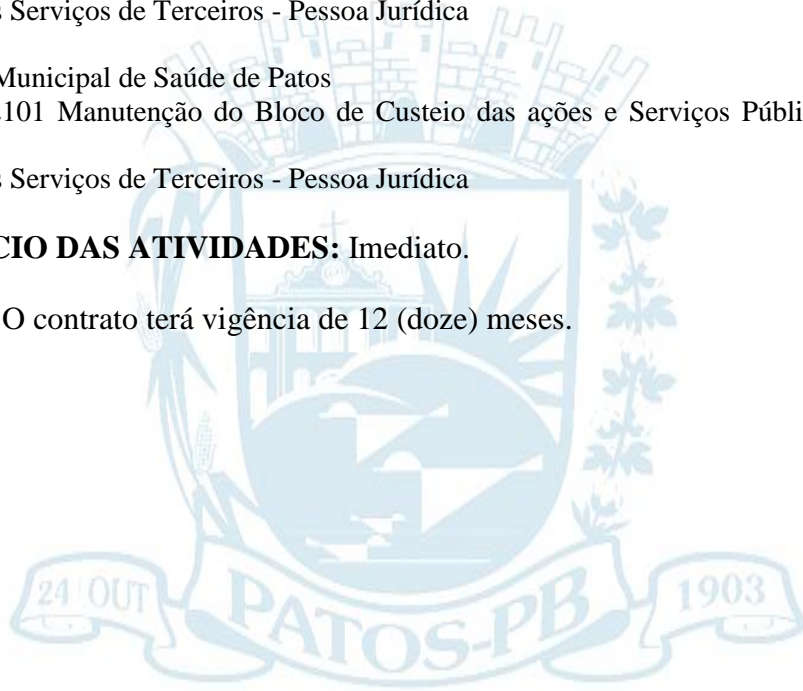
02.130 Fundo Municipal de Saúde de Patos
10 302 1002 2057 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Especializada
3390.39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

02.130 Fundo Municipal de Saúde de Patos
10 302 1002 2058 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Especializada - Recursos Próprios
3390.39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

02.130 Fundo Municipal de Saúde de Patos
10 122 1002 2101 Manutenção do Bloco de Custeio das ações e Serviços Públicos de Saúde – Gestão do SUS
3390.39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

PRAZO INÍCIO DAS ATIVIDADES: Imediato.

VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses.



PATOS
POVO COMPETENTE
PREFEITURA DA GENTE

ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Processo Administrativo nº 163/2024

Credenciamento nº 007/2024

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/.....,
 QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA
 MUNICIPAL DE PATOS, POR INTERMÉDIO DO
 (A) E

Pelo presente instrumento contratual, de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS, pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o N° 09.084.815/0001-70, com Sede na Eptácio Pessoa, nº 91, Centro, Patos - PB, representada pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, órgão integrante da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Patos, na pessoa do seu Secretário, o Sr. ..., doravante denominada contratante, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Credenciamento n. 007/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CHAMAMENTO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) INTERESSADA(S) EM SE CREDENCIAR E EVENTUALMENTE FIRMAR CONTRATO COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS, PARA FINS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS ÁREAS DA SAÚDE OU ESPECIALIZADOS, A CARGO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PATOS**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. Os prazos poderão ser prorrogados pelo período de até 05 (cinco) anos de acordo com o artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual do objeto consta no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO(art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA(*indicar o índice a ser adotado*), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 8.9.1. A Administração terá o prazo de **20 (vinte) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **20 (vinte) dias**.
- 8.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1 Prestar os serviços e demais obrigações em conformidade com o estabelecido neste edital e seus anexos.
- 9.2 Correrão às expensas do CREDENCIADO, as despesas necessárias para a execução do objeto deste termo de credenciamento, e, igualmente se responsabiliza por encargos sociais decorrentes de contrato de trabalho de seus empregados, bem como do que vier a firmar com terceiros, nos

- termos da legislação trabalhista, civil, previdenciária ou penal em vigor, e, também, por danos causados ao CREDENCIANTE e terceiros.
- 9.3 Arcar com encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, comerciais, tarifas, seguros, tributários, mão-de-obra, maquinários, equipamentos, ferramentas, insumos necessários, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre os serviços objeto deste edital, bem como os riscos atinentes à atividade e, também arcar com todas as despesas referentes à segurança do trabalho, bem como a responsabilidade civil contra terceiros.
- 9.4 Indenizar terceiros e o CREDENCIANTE, em relação a todo e qualquer prejuízo ou dano, decorrente de dolo ou culpa, durante a execução dos serviços objeto deste edital, ou após o seu término, em conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.
- 9.5 Prestar os serviços conforme regem as Leis pertinentes ao seu ramo de atividade.
- 9.6 Atribuir os serviços a profissionais legalmente habilitados e idôneos.
- 9.7 Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 9.8 Responder pela qualidade, quantidade, perfeição, segurança e demais características dos serviços, bem como a observação às normas técnicas e legais.
- 9.9 Responder administrativamente por eventuais irregularidades na execução de seus serviços, sem prejuízo a eventuais ônus e encargos civis e penais que porventura incidam sobre o ato ilícito praticado.
- 9.10 O CREDENCIADO responderá pelos serviços executados, sendo ainda responsável por quaisquer danos pessoais, morais e/ou materiais, inclusive contra terceiros, ocorridos durante a execução dos serviços ou deles decorrentes.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:
- der causa à inexecução parcial do contrato;
 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - der causa à inexecução total do contrato;
 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - praticar ato fraudulento na execução do contrato;

- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) Moratória de **0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de falta injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.**

a. A falta superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).

(3) **Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 0,5% a 20% do valor do Contrato.**

(4) **Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 0,05% a 10% do valor do Contrato.**

(5) **Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato.**

(6) **Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato.**

(7) **Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:**

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *10 (dez)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

11.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato **será extinto** quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato **poderá** ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.5. O contrato **poderá** ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

12.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a **extinção** se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6. O termo de **extinção**, sempre que possível, será precedido:

12.6.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.6.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.6.1.3. Indenizações e multas.

12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

02.100 Secretaria Municipal de Saúde de Patos

10 301 1002 2039 Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria Municipal de Saúde de Patos SEMUSA

3390.39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

02.100 Secretaria Municipal de Saúde de Patos



10 301 1002 2041 Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde - Outros Recursos
3390.39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

02.130 Fundo Municipal de Saúde de Patos

10 301 1002 2055 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Primária

3390.39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

02.130 Fundo Municipal de Saúde de Patos

10 301 1002 2056 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Primária – Recursos Próprios

3390.39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

02.130 Fundo Municipal de Saúde de Patos

10 302 1002 2057 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Especializada

3390.39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

02.130 Fundo Municipal de Saúde de Patos

10 302 1002 2058 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Especializada - Recursos Próprios

3390.39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

02.130 Fundo Municipal de Saúde de Patos

10 122 1002 2101 Manutenção do Bloco de Custeio das ações e Serviços Públicos de Saúde – Gestão do SUS

3390.39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

13.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento*

PATOS
POVO COMPETENTE
PREFEITURA DA GENTE



PATOS
POVO COMPETENTE
PREFEITURA DA GENTE



14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – GESTÃO DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATANTE designa IZABEL CRISTINA ARAUJO GOMES - Matrícula: 315749 - Coordenador do Setor Pessoal, como servidor responsável pela gestão do CONTRATO, que, entre outras, terá seguintes atribuições:

- a) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- b) Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação da penalidade cabível, garantindo a defesa prévia ao CONTRATADO, quando for o caso;
- c) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais;
- d) Providenciar o pagamento das despesas decorrentes da ocupação do imóvel;
- f) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A substituição do gestor designado, por razões de conveniência ou interesse público, será realizada mediante simples apostilamento ao presente CONTRATO, devendo o substituto assinar novo termo de ciência.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As decisões e providências que ultrapassarem a competência do gestor do contrato deverão ser solicitadas à autoridade superior em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

PARÁGRAFO QUARTO: A CONTRATADA poderá indicar um representante para representá-lo na execução do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Fórum de Patos–PB, com exclusão de qualquer outro, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Patos/PB, ___ de _____ de 2024.

Representante legal da Secretaria Municipal Saúde

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- _____ CPF: _____

2- _____ CPF: _____

PATOS
POVO COMPETENTE
PREFEITURA DA GENTE

ANEXO III

MODELO DAS DECLARAÇÕES

CRENCIAMENTO Nº 007/2024.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 163/2024

_____ pessoa jurídica, inscrito(a) no CNPJ sob o nº, residente e domiciliado (a) à Rua/Avenida _____ nº _____, Setor/Bairro _____, na cidade de Estado de _____, DECLARA, QUE:

- a) ACEITA OS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NO EDITAL E TEM CONHECIMENTO DOS PRAZOS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS PARA O SEU CREDENCIAMENTO, inclusive sobre o prazo para apresentação de recurso quando do julgamento de seus documentos, realizado pela Comissão Permanente de Licitação.
- b) sob as penas da lei, que até a presente data, **inexistem fatos impeditivos** para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c) **não emprega menor de dezoito anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, com a ressalva de que emprego menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz;
- d) não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

_____, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do Declarante

PATOS
POVO COMPETENTE
PREFEITURA DA GENTE



ANEXO IV – CREDENCIAMENTO Nº 007/2024

NOME DA EMPRESA:.....

ENDEREÇO:.....

CNPJ:.....

CREDENCIAMENTO nº 007/2024

Processo Administrativo nº 163/2024

Objeto: **CHAMAMENTO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) INTERESSADA(S) EM SE CREDENCIAR E EVENTUALMENTE FIRMAR CONTRATO COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS, PARA FINS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS ÁREAS DA SAÚDE OU ESPECIALIZADOS, A CARGO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PATOS**, conforme especificações e quantidades discriminadas no Termo de Referência Anexo I do edital.

(NOME), residente e domiciliado (a) na, telefone, e-mail....., inscrito (a) no CPF nº Representante da Empresa inscrita no CNPJ de nº propõe a realizar o serviço do objeto licitado conforme abaixo, em estrito cumprimento ao previsto no edital da licitação em epigrafe, pelos valores que segue:

LOTE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$... (...);

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (Sessenta) dias;

FORMA DE PAGAMENTO: Conforme Edital;

PRAZO DE EXECUÇÃO: Conforme Edital.

Declaro que após o recebimento da ordem de serviços, iniciarei os serviços de imediato;
Declaro que nos preços cotados estão inclusas todas as despesas, de qualquer natureza, incidente sobre o objeto desta chamada pública;
Declaro ter total conhecimento e concordância com os termos deste edital de chamada pública e seus anexos.

REPRESENTANTE LEGAL:

CPF:

DADOS BANCARIOS:

BANCO:..... AGENCIA:..... CONTA:.....

Cidade/UF, .. de ... de 2024.

Assinatura / Carimbo

